

Transições Políticas no Mundo Árabe

Os acontecimentos recentes nos países árabes merecem várias considerações à luz do que sabemos sobre as vagas de transições recentes.

POR ELISABETE AZEVEDO-HARMAN

PROFESSORA AUXILIAR DO IEP-UCP E COORDENADORA DO MESTRADO CONJUNTO EM GOVERNAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, UCP-UC MOÇAMBIQUE

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO É UM PRÉ-REQUISITO PARA UMA TRANSIÇÃO POLÍTICA?

A literatura sobre transições tem testado constantemente as relações entre desenvolvimento e transições para a democracia, começando com o clássico trabalho de Lipset, que argumenta que o desenvolvimento económico é um pré-requisito para democratização. No entanto, este argumento tem sido refutado, principalmente pela evidência empírica. Mas Przeworski e Limongi (1997) de facto demonstraram que após a transição, a possibilidade de sobrevivência do regime democrático será maior em países com um desenvolvimento económico acima de certo patamar. Ao aplicarmos este raciocínio aos países do Médio Oriente temos em primeiro lugar que ter em conta que a realidade económica na região não é homogénea. Para começar é importante distinguir os países importadores de petróleo dos países exportadores de Petróleo, como podemos ver na tabela seguinte.



Em termos de dos perfis económicos na região, vários países apresentavam nos últimos anos altas taxas de desemprego associado a sociedades com populações onde mais de 50% são jovens com menos de 25 anos. As taxas de desemprego no Egípto, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria e Tunísia aproximam-se, em média, dos 12 por cento nas últimas duas décadas. No relatório do FMI sobre o Médio Oriente, o Director Executivo Regional do FMI é citado a respeito ao elevado desemprego a nível mundial, “Não devemos subestimar a perspectiva assustadora que enfrentamos: uma geração perdida, desligada do mercado de trabalho, com uma progressiva perda de competências e motivação.” (FMI, 2008).

Exportadores de Petróleo

Argélia, Bahrein, Irão, Iraque, Kuwait, Líbia, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Sudão, Emirados Árabes Unidos, Iémen

Importadores de Petróleo

Egípto, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia

OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO SÃO INICIADOS PELAS ELITES OU POR MOBILIZAÇÃO POPULAR?

Os movimentos que temos vindo a testemunhar nos países do Médio Oriente, parecem ter começado todos a partir de cidadãos anónimos, sem rostos e sem estruturas partidárias. Estas “revoluções” foram iniciadas e permanecem graças a movimentos de jovens nas ruas e na internet, mas são transições sem líderes. Os jovens que mobilizaram as

transformações não têm experiência política nem organizações a apoiá-los. Recuperando exemplos de “vaças” da democracia passadas, verificamos que esta característica não é nova - Bratton e Van de Walle, numa extensa análise de 42 países, concluíram que as transições na África Subsariana começaram, na maioria dos casos, a partir de baixo, argumentando que “os governantes agem segundo cálculos de sobrevivência política: resistem à abertura política tanto tempo quanto possível. No entanto, a democratização que ocorreu na esteira do colapso da União Soviética, não poderia, na maioria dos casos, atribuir-se a divisões dentro do regime. Nem a maior parte das transições em África.” Esta análise desafia argumentos anteriores sobre processos de democratização serem apenas iniciados pela elite, como tinha sido constatado com base nas observações de transições latino-americanas, onde a mobilização popular não foi a causa da democratização. Na América Latina, as mobilizações populares ocorreram em muitos países, mas em geral relativamente tarde no processo, quando a democratização já estava em andamento e os riscos de oposição diminuídos (Geddes, 1999). Até agora, os eventos Tunísia e Egípto são de natureza semelhante ao que aconteceu na Europa de Leste e em África, onde o protesto popular foi a principal razão para as elites do velho regime concordarem em iniciar as negociações.

O QUE PODEMOS ESPERAR DOS REGIMES AUTORITÁRIOS? HAVERÁ DIFERENÇA SE O REGIME FOR UMA DITADURA PERSONALIZADA, UMA OLIGARQUIA MILITAR OU UM SISTEMA DE PARTIDO ÚNICO COM ALGUMA COMPETITIVIDADE?

Como Mark Platner afirmou neste painel o mundo árabe não é um modelo homogêneo de regimes autoritários – uma característica que os distingue das revoluções de 1989. Existindo desde regimes autoritários onde era permitido alguma competitividade eleitoral, como era o caso da Tunísia, mas temos também regimes de ditadura personalizada como é o caso da Líbia. E no caso da Síria pode ser classificada entre uma oligarquia militar e uma ditadura personalizada. Podemos neste caso esperar que, no caso da Síria, as elites promovam (ou pelo menos aceitem) a transição? Perante a natureza do regime, esta parece não ser uma expectativa razoável. Mas mais uma vez, há lições a aprender com o passado: da África Subsariana vem novamente a sugestão de que os líderes deste tipo de regime não irão ceder às negociações. Citando Bratton e Van de Walle “Quando o poder é construído com base na lealdade pessoal, os líderes supremos frequentemente perdem o contacto com a percepção popular da legitimidade do regime. Não têm laços institucionais aos grupos na sociedade que poderiam alertá-los para a força do seu apoio popular... aos cidadãos comuns resta-lhes pouca escolha para além de persistir com os protestos e aumentar o volume das suas exigências”.

ISLAMISMO É COMPATÍVEL COM DEMOCRACIA?

Em Janeiro de 2010, o Journal of Democracy publicou um artigo de Larry Diamond intitulado “Por que não há democracias árabes?” Neste artigo, o autor relata como desde a década de 1990, o mundo testemunhou a chegada da democracia a todas as regiões e a todos os tipos de culturas e re-

ligiões, com uma única excepção neste espectro - o mundo árabe. Tal como Diamond afirmou, em 2010 existiam democracias em massa em todas as principais regiões do mundo excepto uma - o Médio Oriente.

Tal como refere Diamond, existem oito Estados¹ não-árabes de maioria muçulmana classificados pela Freedom House como democracias eleitorais, e nenhum estado árabe. Em vez de imputar culpas à religião e à cultura, Diamond regressa ao argumento de Huntington (1991) no seu trabalho sobre a Terceira Vaga de Democratização, onde o argumento utilizado por Huntington para a não democratização (ou pelo menos pela não exigência de democratização) não é nem a cultura nem a religião mas a falta de tributação fiscal. Ou seja sem tributação não existe a ‘legitimidade’ popular para exigir uma representação. Uma vez que dos 16 países, em 11 é praticamente inexistente tributação fiscal em consequência das receitas do petróleo e gás, esta explicação parece merecer a nossa atenção.

E, claro, não devemos esquecer que em paralelo com “maldição do petróleo” temos a “maldição do ajuda externa”.

Os países não afectados pela maldição do petróleo receberam ajuda ocidental que, sendo volumosa e livre de condições, funcionou exactamente como a “maldição do petróleo”. O apoio externo para os regimes árabes, no passado da União Soviética e, recentemente, da UE e os EUA, forneceu recursos económicos substanciais e, portanto, legitimidade política a estes regimes. Para os regimes não-petrolíferos tais como o Egípto, a Jordânia e Marrocos, a ajuda fluiu directamente para os cofres centrais do estado.

UM MÉDIO ORIENTE DEMOCRÁTICO DEIXARÁ DE USAR ISRAEL COMO DESCULPA?

O conflito israelo-árabe paira como um miasma tóxico sobre a vida política do Médio Oriente. Serviu como um meio conveniente para desviar a frustração pública da corrupção e dos abusos dos direitos humanos dos regimes árabes, canalizando a raiva dos cidadãos para fora, para o que a imprensa privada e estatal árabe retrata emocionalmente como a opressão israelita dos Palestinos - e por extensão simbólica, de todo o povo árabe. O uso de Israel como o inimigo foi usado e é usado por esses estados autoocráticos para evitar protestos sobre as falhas dos próprios regimes árabes - a má qualidade da educação e dos serviços sociais, a falta de postos de trabalho, transparência, responsabilização, e falta de liberdade. Se a liberalização política mudará ou não este cenário permanece por enquanto como mais um ponto de interrogação sobre o dia após as transformações.

QUANDO O PODER É CONSTRUÍDO COM BASE NA LEALDADE PESSOAL, OS LÍDERES SUPREMOS FREQUENTEMENTE PERDEM O CONTACTO COM A PERCEPÇÃO POPULAR DA LEGITIMIDADE DO REGIME

RECONCILIAÇÃO E/OU JUSTIÇA – QUAIS OS MODELOS?

O modelo que cada país irá utilizar para a reconciliação e, simultaneamente, para fazer justiça é um dos maiores desafios que estes regimes enfrentam depois de uma transição política. Têm havido recentemente tentativas de exportar o modelo Verdade e Reconciliação da África do Sul, mas não têm sido muito bem sucedidas. Apenas algumas semanas após o presidente Zuma, representando a União Africana, ter visitado o coronel Kadhafi, o embaixador dissidente da Líbia na ONU disse numa reunião em Roma, onde eu estava, que iria para a África do Sul para saber mais sobre o modelo Verdade e Reconciliação. Talvez seja um bom sinal para os líbios aprenderem sobre o modelo sul-africano, mas duvido que o mesmo modelo possa ser replicado na Líbia, onde o regime anterior nunca concordou em negociar.

QUAL A MELHOR ESCOLHA CONSTITUCIONAL?

Os países em que os regimes autoritários foram retirados, ou seja, Tunísia e Egípto, enfrentam as seguintes perguntas: O que fazer com os actores do antigo regime, que constituição adoptar? Que justiça e que leis; Que sistema eleitoral adoptar e que sistema político; Devem ser definidas com ‘ajuda internacional’ ou não; partidos políticos? Sistemas políticos que permitem a coexistência de diferentes grupos étnicos e religiosos. Aqui, novamente, estas “revoluções” não têm líderes. Os jovens que mobilizam as transformações não têm experiência política nem organizações.

COMO CONSTRUIR OS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO?

Os partidos da oposição enfrentarão sérios desafios. Nos países onde era permitido à oposição decidir participar ou não nas eleições era, por si só, uma decisão desconfortável. A oposição tinha que decidir boicotar essas semi-charadas ou participar nelas. Se os oposicionistas participam nas eleições e no parlamento, correm o risco de serem cooptados - ou, pelo menos, serem vistos como tal por um eleitorado cínico e descontente. No entanto, se boicotam o “jogo interior” da política eleitoral e parlamentar, o “jogo exterior” de protesto e resistência oferece uma fraca perspectiva realista de influência, quanto mais de poder. Enredados em tais dilemas, as oposições políticas no mundo árabe tornam-se divididas, desconfiadas, estilhaçadas. Em países, como a Líbia, Síria, onde não havia oposição nenhuma, a oposição emergirá de entre os vencedores. Até à transição todos partilhavam o mesmo inimigo, após a transição a unidade chegará necessariamente ao fim, e mais uma vez, não será uma tarefa fácil.

COMO DEVER SER A “NOSSA” ASSISTÊNCIA?

Ao “nós” refiro-me obviamente aos Estados Unidos e à Europa. No entanto, considero que para o sucesso de qualquer política de apoio para estas transformações políticas é fundamental o compromisso de novas democracias e economias prósperas, como a África do Sul e o Brasil. Infelizmente, estas novas democracias tem demonstrado que, no que respeita à sua política externa, ser muitas vezes pelos não democráticos. Não só no alinhamento com países não democráticos como na rejeição de terem na bandeira da sua política externa a bandeira da democracia. Não posso deixar de terminar esta minha breve intervenção com uma mensagem não de politóloga, mas como cidadã Portuguesa

que nasceu num país não democrático – nessa qualidade considero que a única coisa certa a fazer é apoiar os que lutam pela sua democracia e não nos deixarmos intimidar com a o medo e a incerteza do que virá a seguir ou do que poderá vir após estas revoluções.

O nosso convidado Sírio, testemunhou como o seu povo perdeu a única coisa que tinha do regime – o medo. De como pela primeira vez sente orgulho em ser Sírio. E como sabe que independentemente da repressão do regime os seus concidadãos irão sem medo permanecer nas ruas. Sabemos que o regime Sírio não tem demonstrado nenhum problema em usar da força contra os seus concidadãos. O uso da força por este regime não é de agora. Já em 1982, Hafez al-Assad, pai do actual governante do país, mandou o seu irmão Rifaat al-Assad para liderar uma operação militar para terminar com o problema da contestação ao regime na cidade de Hama. Devido à proibição da entrada da comunicação social estrangeira no país, as notícias deste massacre demoraram a sair das fronteiras sírias. Primeiro pensou-se que cerca de 1000 pessoas tinham sido mortas, mas os últimos números do Comité de Direitos Humanos da Síria relatam que pelo menos 40 mil pessoas foram mortas nesta operação.

As pessoas na Síria, Irão, Bahrein, Líbia, Iémen,... esperam por uma mudança nas suas vidas. Querem algo simples que nós temos todos os dias - Liberdade. Por isto, alguns serão presos, espancados e mortos.

Como cientista político sou cautelosa sobre o processo. Sabemos que as transições são normalmente caóticas e imprevisíveis. Do ponto de vista pessoal prefiro a atitude de Reagan quando em 1989 recusou o conselho dos seus assistentes e não retirou do seu discurso a famosa frase “ Sr Gorbachov, deite abaixo este muro”. Na altura a frase era vista pela diplomacia americana como perigosa num contexto de incerteza sobre as transições na Europa do Leste e, quando lhe perguntaram porque é que não aceitou tirar a frase, Reagan disse simplesmente “porque era a coisa certa a fazer”. À pergunta porque devemos acolher e apoiar para que a democracia chegue a esta região? Diria simplesmente - “Porque é a coisa certa a fazer”. ::

NOTAS

¹ Albânia, Bangladesh, Comoros, Indonésia, Mali, Senegal, Sierra Leone, Turquia

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bratton, M., & Van, W. N. (1997). *Democratic experiments in Africa: Regime transitions in comparative perspective*. Cambridge, U.K: Cambridge University Press.
- Diamond, L. J. (January 21, 2010). Why Are There No Arab Democracies? *Journal of Democracy*, 21, 1, 93-112.
- Geddes, Barbara. 1999. “WHAT DO WE KNOW ABOUT DEMOCRATIZATION AFTER TWENTY YEARS?” *Annual Review of Political Science*. 2 (1): 115-144.
- Huntington, S. P. (1991). *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Przeworski, A., & Limongi, F. (January 01, 1997). Modernization: Theories and facts. *World Politics*. 49(2) Jan. 1997 : 155-183.
- IMF. (2008). IMF Regional Economic Outlook for the Middle East and Central Asia Sees Growth Higher Than Global Average, Emphasizes Downside Risks, retrieved June 2 2011 from www.imf.org/external/np/sec/pr/2008/pro8242.htm